



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90436/2024/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0029.068201/2023-91

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente a 210 (duzentos e dez) dias letivos, executáveis no período de 12 meses, no município de Buritis - RO e regiões.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por intermédio de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na Portaria N.º 83/CI/SUPEL, publicada no DOE do dia 18 de novembro de 2024, vem neste ato responder ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail por empresa interessada.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Em 03/02/2025 às 01:49 , até 03/02/2025 às 20:47 e , foi recebido através do e-mail atendimentosupel@gmail.com, pedido de esclarecimento e impugnação formulado por empresa interessada, regendo a licitação as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 dos Decretos Estaduais nº. 28.874/2024, e com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e demais legislações vigentes onde as mesmas contemplam aspectos relativos ao procedimento e prazos efetivos para a tutela pretendida.

O prazo e a forma do pedido de esclarecimento ao edital, bem como a legitimidade do impugnante estão orientados no art. 164 do Lei 14.133/2021, e nos subitem do Edital do Pregão Eletrônico epigrafado.

Em síntese, respectivamente quanto às normas aqui citadas, o prazo é de até 3 dias (úteis) que anteceder a data fixada para abertura da sessão, neste caso marcada para o dia 06/02/2025, portanto consideramos a mesma **TEMPESTIVA**.

2. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO: EMPRESA 02- 0057011643

A licitante em seu pedido de impugnação alegou que:

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a esta Comissão de Licitação que:

1. Seja alterado no edital a tabela de referência de preços de 2024 para a tabela de 2025.
2. Que seja inserido na composição de custo insumos referente a exames admissionais, demissionais bem como LTCAT — Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, PCMSO — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, PGR — Programa de Gerenciamento de Riscos.
3. Que seja alterado o sindicato SINTTRAR - Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado de Rondônia, para o Sitetuperon - Sindicato Trabalhadores das Empresas de Transportes Urbanos Passageiros No Estado De Rondônia.

3. DO MÉRITO

No dia 03 de fevereiro , a EMPRESA 02 (0057011643) , adentrou pedido de impugnação , por se tratarem de questionamentos ligados a fase de planejamento e planilha de composição de custo, o mesmo foi remetido a Secretaria Demandante, sendo a SEDUC-GCS - Gerência de Contratações de Serviços, onde foi elaborada a seguinte Resposta ao Pedido de Impugnação da EMPRESA 02 (0057011643), senão vejamos de forma resumida alguns pontos levantados pela empresa:

II - DAS RAZÕES APRESENTADAS DE IMPUGNAR

Sem delongas, a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC do Estado de Rondônia, através da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 90436/2024.

Ao analisarmos o edital em epígrafe, verificamos que em anexo ao edital consta a tabela de preços referente a 2024, contudo, já esta publicado a tabela de preços referente a 2025. Além disso verificamos que composição de custo que originou os valores disposto na tabela de preços, esta ausente insumos essenciais para a prestação dos serviços conforme serão demonstrados.

[...]

III - MÉRITO

RAZÕES

Em consulta a <https://rondonia.ro.gov.br/supel/institucional/caderno-tecnico/caderno-tecnicode-transporte-escolar/> verificamos a publicação da tabela de preços referente a 2025. Contudo anexo ao edital fora publicado a tabela referente a 2024.

Diante disso verificamos uma defasagem nos preços praticados haja visto que a licitação é no exercício 2025.

Além disso ao verificarmos que na composição de custo unitário que formou os valores de referência nas tabelas de preços da licitação, está ausente insumos essenciais tais como exame admissional em atendimento as novas exigências do ministério do trabalho bem como não esta contemplado os documentos de SST que são:

- LTCAT — Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
- PCMSO — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- PGR — Programa de Gerenciamento de Riscos Tais programas são específicos da prestação dos serviços contratados, logo devem fazer parte da planilha de composição de custo.

Por outro lado, verificamos que na composição de custo foi utilizado o sindicato SINTTRAR - Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado de Rondônia, sendo que o sindicato que representa a classe é o Sitetuperon - Sindicato Trabalhadores das Empresas de Transportes Urbanos Passageiros No Estado De Rondônia.

[...]

1. RESPOSTA DA SECRETARIA DEMANDANTE - SEDUC-GCS

I - ALTERAR NO EDITAL A TABELA DE REFERÊNCIA DE PREÇOS DE 2024 PARA A TABELA DE 2025.

RESPOSTA 1: Após a conclusão do certame, a empresa vencedora, deverá ajustar sua proposta de acordo com as novas diretrizes e valores estabelecidos no Caderno Técnico de 2025 e peticionar oficialmente o reequilíbrio econômico e financeiro, amparado no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

II - INSERIR NA COMPOSIÇÃO DE CUSTO INSUMOS REFERENTE A EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS BEM COMO LTCAT — LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, PCMSO — PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PGR — PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.

RESPOSTA 2: Quando uma empresa participa de uma licitação para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, presume-se que ela será responsável por disponibilizar a mão de obra necessária para a execução do serviço. Nesse contexto, é fundamental que a empresa já considere esses custos ao calcular seus custos indiretos. Isso ocorre porque esses custos estão relacionados à parte administrativa, como processos de seleção, treinamento e outros aspectos operacionais. Tais despesas são previsíveis e a empresa deve incluí-las na composição dos custos indiretos, conforme sua necessidade e especificidades.

O Acórdão n.º 3006/2010 aborda esse tema, trazendo diretrizes relevantes para o assunto:

Planilha de custos e formação de preços: 4 - Inclusão de percentual destinado a despesas com seleção e treinamento

Outra possível irregularidade apontada no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 076/2006, promovido pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro – NERJ/MS, tendo por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de tratamento de acervos arquivísticos – microfilmagem, acondicionamento e arquivamento – no Centro de Microfilmagem e Digitalização – CMD/RJ, foi a previsão de percentual destinado a despesas com seleção e treinamento dos empregados da contratada. A unidade técnica destacou que o Tribunal, por meio do Acórdão n.º 325/2007-Plenário, firmou entendimento no sentido de que tais custos estão englobados no conceito de lucro, porquanto seria obrigação da empresa “fornecer empregados devidamente treinados e aptos para execução dos serviços contratados”. Ponderou, no entanto, que, no caso concreto, a contratada efetuara despesas específicas com treinamentos solicitados pelo próprio NERJ/MS. Assim sendo, formulou proposta no sentido de ser tão somente expedido alerta ao órgão para observar, nas próximas contratações de serviços executados de forma indireta e contínua, o teor do Acórdão n.º 325/2007-Plenário, no sentido de não incluir, nas planilhas orçamentárias, percentuais de seleção e treinamento. O relator considerou adequado o encaminhamento proposto, no que foi acompanhado pelos demais ministros. Acórdão n.º 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010.

II - ALTERAR O SINDICATO SINTRAR - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PARA O SITETUPERON - SINDICATO TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS PASSAGEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

RESPOSTA 3: A Administração não pode determinar qual é o instrumento coletivo de trabalho a ser observado pelos licitantes, visto que tal conduta caracterizaria ingerência na atividade privada, desvirtuando, pois, as regras de mercado incidentes. Cumpre a cada licitante, de acordo com o seu enquadramento sindical, elaborar sua proposta em consonância com o documento coletivo que lhe seja aplicável e indicá-lo para aferição da exequibilidade da oferta pela Administração. Cabe à Administração, tão somente, aferir a exequibilidade da proposta da licitante com base na Convenção Coletiva de Trabalho que esta indicou, mas não lhe cabe julgar se adotou a Convenção correta ou não (sob sua perspectiva).

Nesse sentido, considerando que cabe a empresa indicar a CCT a qual se submete e elaborar sua formação de preços em consonância com tal CCT, entende-se que não cabe a Administração questionar se de fato a empresa pode ou deve se submeter a tal Convenção ou se deveria filiar-se a outra.

Lembre-se que em matéria trabalhista prevalece o princípio da primazia da realidade sobre a forma, de modo que a empresa deve considerar sua realidade laboral preponderante para fins de escolher

o Sindicato e Convenção Coletiva a qual irá se submeter. Mas como isso advém de uma realidade eminentemente da empresa, cabe à Administração solicitar que esta demonstre que está utilizando na sua proposta a CCT correta, que é a esta CCT que a empresa se submete. Feita essa demonstração, não cabe à Administração questionar, mas apenas fiscalizar o efetivo cumprimento da proposta, item a item.

No entanto, o Tribunal firmou o entendimento de que em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços, o valor igual ou superior ao orçado pela administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação. São admitidos também, a critério da administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto. Ou seja, o Sindicato e acordo coletivo usado na Planilha de Composição de Custo serve, como parâmetro para que cada licitante elabore sua planilha de composição de custo de acordo com suas necessidades.

VI- CONCLUSÃO

Diante do exposto, das razões de fato e de direito, a Secretaria de Estado da Educação conheceu as impugnações, mas julga improcedentes todos os questionamentos imputados pela impugnante, competindo à SEDUC, manter todos atos firmados no bojo processual, momento em que encaminha os autos à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, para os demais esclarecimentos, e providências que o caso requer.

4. DA DECISÃO

Ante o exposto, decido receber o esclarecimento e encaminhado para **Secretaria demandante** para resposta. Dito isto dou por **TEMPESTIVO** os pedidos, com provimento do mérito **IMPROCEDENTE**, mantendo assim o Edital e o Termo de referência inalterado.

Por fim, tendo em vista as razões esposadas pelo setor competente e técnico **SEDUC-GCS**.

Em decorrência dos esclarecimentos realizados, dê ciência ao peticionante, via e-mail, através do campo de avisos do Sistema Comprasnet e do sítio oficial desta SUPEL.

Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2025

CAMILA CAROLINE ROCHA PERE

Pregoeira SUPEL/RO

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 28/02/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0057860934** e o código CRC **6330B594**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0029.068201/2023-91

SEI nº 0057860934